



UFABC

2023

Universidade Federal do ABC

Reitor

Prof. Dácio Roberto Matheus

Auditora-Chefe

Rosana de Carvalho Dias

Equipe da Auditoria Interna

Bruna Armonas Colombo

Gebel Eduardo Mendonça Barbosa

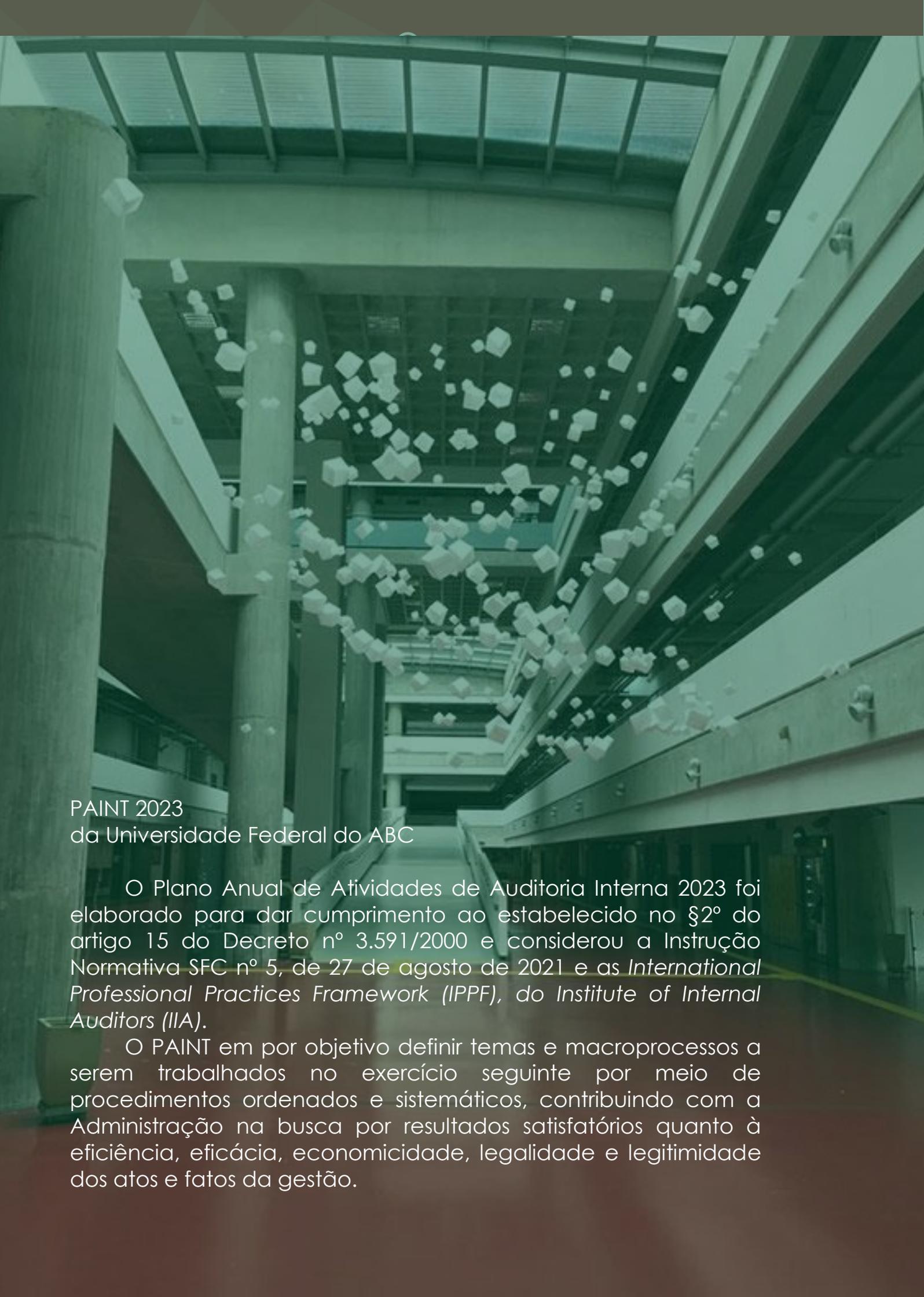
Gilberto da Silva Gusmão

Márcia Aparecida Costa

Patrícia Alves Moreira

Sumário

A INSTITUIÇÃO	5
VISÃO GERAL	6
OS CAMPI DA UFABC	7
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
CADEIA DE VALOR.....	9
A AUDITORIA INTERNA DA UFABC	10
A AUDITORIA INTERNA	11
A ESTRUTURA	11
METODOLOGIA.....	15
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA DA UFABC – PAINT 2023	15
FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT 2023	15
AÇÕES DE CONSULTORIA.....	15
TRABALHOS DECORRENTES DE OBRIGAÇÃO NORMATIVA.....	15
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	16
ORÇAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	17
RISCOS DE AUDITORIA PARA A EXECUÇÃO DO PAINT 2023	19
RISCOS	19
DEMANDAS NÃO-PREVISTAS	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
Anexo I.....	22
Anexo II.....	25



PAINT 2023 da Universidade Federal do ABC

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2023 foi elaborado para dar cumprimento ao estabelecido no §2º do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000 e considerou a Instrução Normativa SFC nº 5, de 27 de agosto de 2021 e as *International Professional Practices Framework (IPPF)*, do *Institute of Internal Auditors (IIA)*.

O PAINT em por objetivo definir temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício seguinte por meio de procedimentos ordenados e sistemáticos, contribuindo com a Administração na busca por resultados satisfatórios quanto à eficiência, eficácia, economicidade, legalidade e legitimidade dos atos e fatos da gestão.

1 A INSTITUIÇÃO



VISÃO GERAL

A Fundação Universidade Federal do ABC, fundação pública criada pela Lei nº 11.145 de 26 de julho de 2005, é uma instituição de ensino superior, extensão e pesquisa, com sede e foro na cidade de Santo André, no estado de São Paulo, e com limite territorial de atuação multicampi na região do ABC paulista, região notoriamente conhecida por sua vocação industrial, sobretudo nos setores automobilístico e petroquímico. A UFABC possui dois campi, em Santo André e em São Bernardo do Campo.

A **MISSÃO** da UFABC, expressa em seu PDI, é **PROMOVER O AVANÇO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, TENDO COMO FUNDAMENTOS BÁSICOS A INTERDISCIPLINARIDADE, A EXCELÊNCIA E A INCLUSÃO SOCIAL**. Os fundamentos conceituais, estruturais e operacionais listados a seguir que, em conjunto, caracterizam a essência da UFABC.

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

1. Ética e respeito, como condições imprescindíveis para o convívio humano e profissional;
2. Excelência acadêmica, abrangendo excelência em pesquisa, ensino, extensão e gestão;
3. Interdisciplinaridade, considerada como uma efetiva interação entre as áreas do conhecimento, diferente da multidisciplinaridade;
4. Inclusão social, praticada tanto como um ato de responsabilidade e solidariedade quanto como um processo ativo de identificação e desenvolvimento de talentos.

FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS

1. Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares como meios de acesso à graduação, com escolha posterior da especialização ou profissionalização;
2. Ausência de departamentos, como forma de estimular o livre trânsito e a interação entre todos os membros da comunidade universitária;
3. Sistema quadrimestral de ensino, permitindo maior dinâmica e variedade das disciplinas apresentadas ao aluno;
4. Recortes modernos e flexíveis dos cursos, valorizando o estudo independente e enfatizando a responsabilidade do aluno na construção do próprio currículo.

FUNDAMENTOS OPERACIONAIS

1. Busca por inovação acadêmica como forma de atender às mudanças da sociedade e da tecnologia;
2. Contratação criteriosa apenas de professores com título de doutor e perfil de pesquisador;
3. Gestão democrática e participativa dos recursos da Universidade, abrangendo recursos humanos, financeiros, patrimoniais e de espaço físico;
4. Responsabilidade ambiental.

OS CAMPI DA UFABC



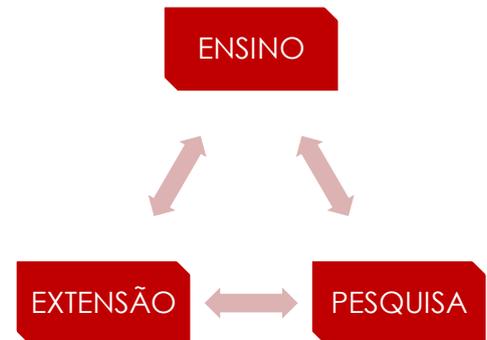
Campus Santo André



Campus São Bernardo do Campo

A UFABC, com autonomia administrativa, didático-científica, de gestão financeira e disciplinar, rege-se pela legislação federal pertinente, pelo seu Estatuto, Regimento Geral, Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

São finalidades essenciais da UFABC, **O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO**, integradas na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais.



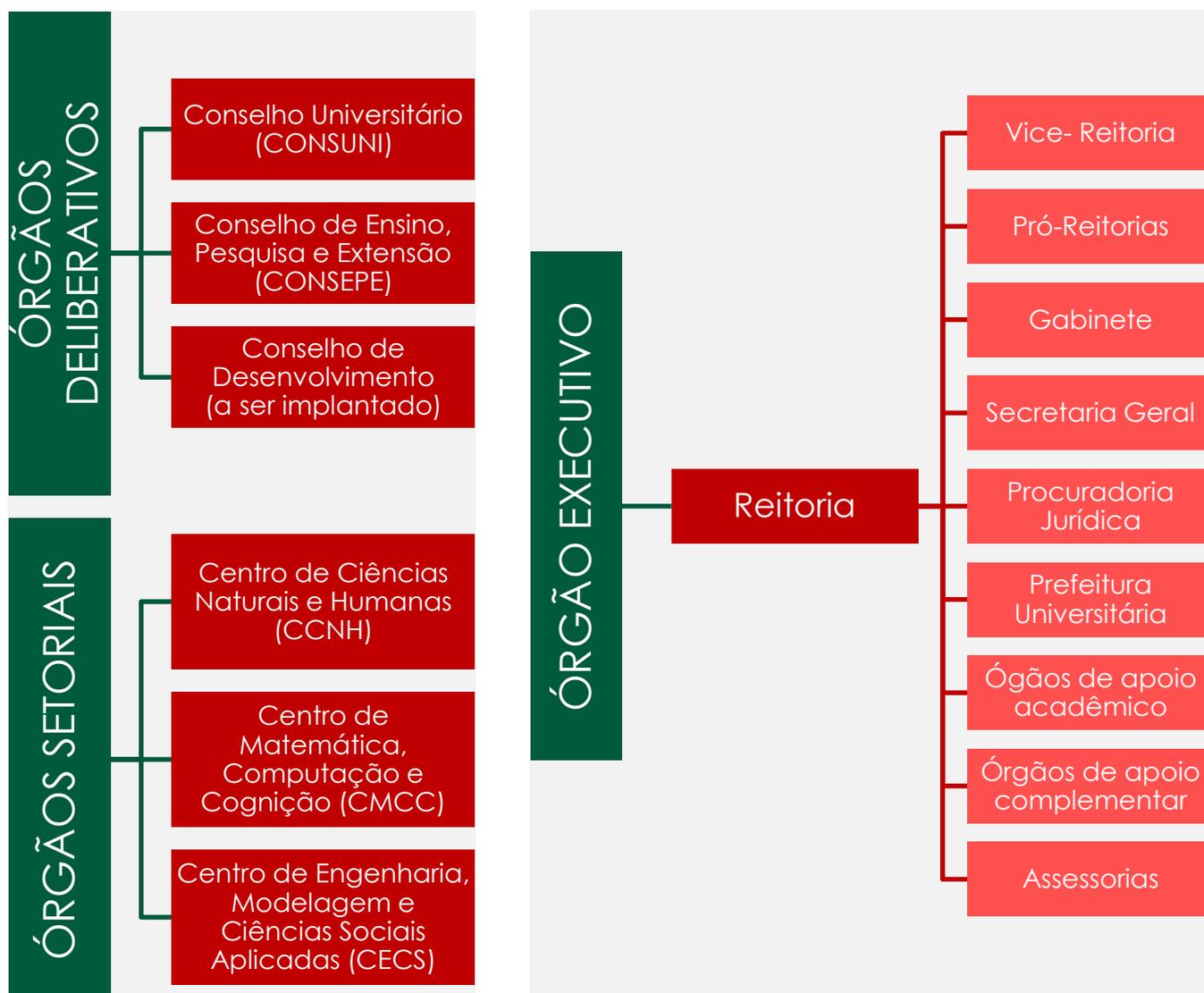
OBJETIVOS DA UFABC

1. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
2. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
6. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
7. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As principais normas organizacionais da UFABC estão elencadas nos artigos 7º ao 15 de seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário por meio de sua Resolução nº 62, de 04 de maio de 2011, cabendo destacar que a UFABC deve:

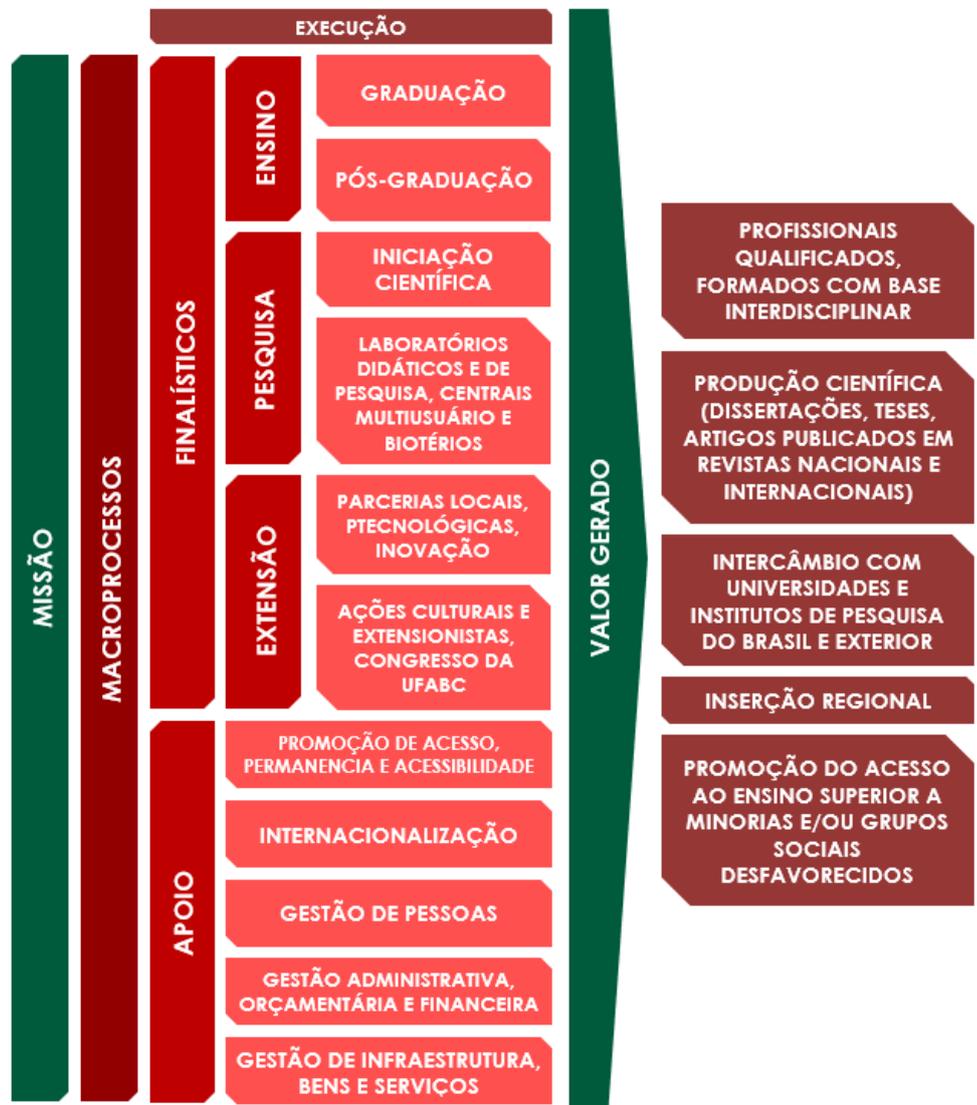
- Reunir em órgão setorial as funções de ensino, pesquisa e extensão relativas ao mesmo campo de conhecimento;
- Atribuir aos órgãos setoriais as funções de coordenação das suas atividades culturais, científicas, pedagógicas e administrativas por meio do exercício de funções normativas e de controle;
- Fornecer suporte às atividades citadas no item anterior, por meio dos órgãos de apoio acadêmico e complementar;



CADEIA DE VALOR

A geração de valor da UFABC para a sociedade brasileira se faz a partir de seus fundamentos conceituais, estruturais, operacionais e de seus objetivos principais. Tais objetivos estão expressos no Estatuto e desenvolvidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) – e resumidos na missão institucional da UFABC.

As finalidades essenciais da UFABC expressas em seu estatuto (compondo seus macroprocessos finalísticos) são o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Entre seus fundamentos, entram ainda a importância da inclusão social e da contribuição da universidade para a pensar questões regionais e nacionais. Uma série de macroprocessos de apoio dão suporte às políticas acadêmicas, garantindo o respeito a bons princípios de governança, gestão de riscos e integridade.



A execução desse conjunto de macroprocessos resulta na oferta de cursos interdisciplinares de graduação e pós-graduação, publicações científicas nas mais diversas áreas do conhecimento, trocas com outras universidades do Brasil e exterior, realização de parcerias com atores locais para a promoção de soluções e inovação.





UFABC

2

A AUDITORIA INTERNA DA UFABC



2.1 A Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão técnico de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Reitor e técnica à Secretaria Federal de Controle Interno do Poder Executivo Federal. É responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e realizar a interlocução com os órgãos de controle interno e externo.

Deve, ainda, propor ações de avaliação, controle, monitoramento e assessoramento com base em técnicas e procedimentos definidos por órgãos internacionais e adequados à realidade da instituição, utilizando-se dos programas e ferramentas selecionadas para cada ação.

2.2 Estrutura

A Auditoria Interna tem suas finalidades, objetivos e competências descritos na Portaria da Reitoria nº 360, publicada no Boletim de Serviço nº 285, de 21 de junho de 2013, com detalhamento em seu Estatuto, aprovado por meio da Portaria nº 1733, de 25 de maio de 2021. O Regimento Interno foi submetido à Comissão constituída pela Reitoria para análise dos Regimentos Internos das áreas e aguarda aprovação para posterior publicação.

Para cumprir suas atribuições, a equipe possui o seguinte quantitativo:

Quadro 1 – Servidores lotados na Auditoria Interna

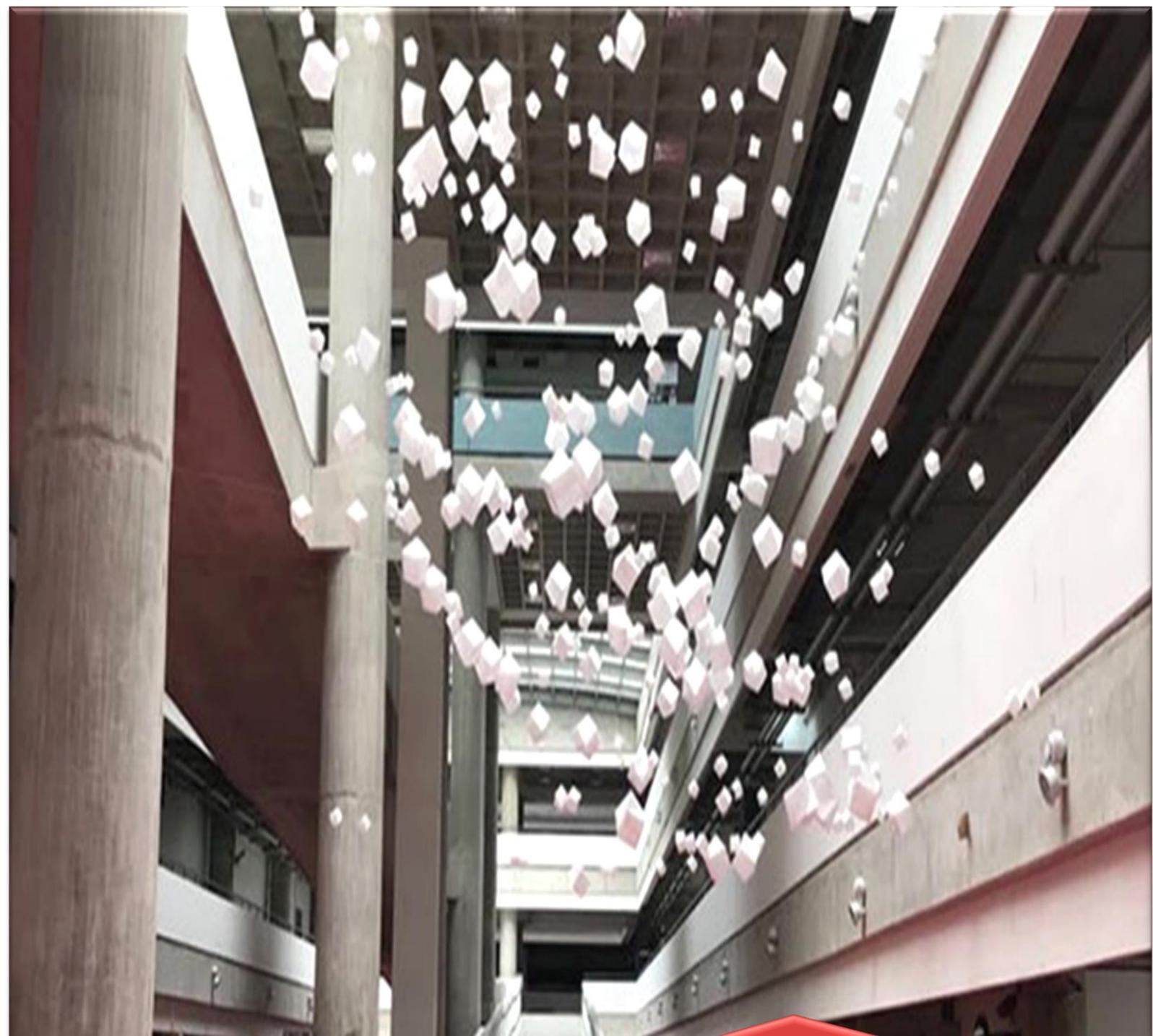
Nome	Função/Cargo
Bruna Armonas Colombo	Administradora – Mestre em Direito Político Econômico
Gebel Eduardo Mendonça Barbosa	Administrador – Mestre em Administração
Gilberto da Silva Gusmão	Economista – Especialista em Gestão Empresarial
Márcia Aparecida Costa	Assistente – Especialista em Gestão Pública
Patrícia Alves Moreira	Administradora – Especialista em Direito Público, Mestre em Governança
Rosana de Carvalho Dias	Auditora – Especialista em Gestão Pública

No planejamento para o período de 2 de janeiro a 22 de dezembro, considerou-se possível calendário administrativo para contagem dos dias úteis, número de servidores para distribuição das atividades, segundo mapeamento realizado para organizar o teletrabalho na AUDIN, resultando no seguinte cenário:

Premissas Básicas	Cálculos por "Homem" - Pessoa	
Em 2023 o exercício contará com 242 Dias Úteis - D.U.	Dias úteis em 2023	242
1 pessoa tem direito a 1 mês (30 dias corridos) de férias no exercício e, esses 30 dias corridos abrangem, no máximo, 25 dias úteis (não trabalhados) .	Dias Úteis em férias (máximo)	25
1 pessoa pode contar com percalços que a façam não conseguir produzir no dia. Consideremos que, em média, no mês, 1 pessoa não produza por 1 D.U. x 12 meses = 12 dias úteis não trabalhados .	Dias Úteis não trabalhados (outros motivos)	12
Dias úteis a serem efetivamente trabalhados por pessoa = D.U. total do ano – D.U. não trabalhados	Dias Úteis efetivamente a serem trabalhados	205
No Brasil, segundo o IBGE (Tabela 6373/Sidra/2022) 1 pessoa de nível superior trabalha efetivamente, em média, 39,2 horas por semana (numa carga de 40h semanais)	Média Trabalhada por pessoa / semana	39,2
Considerando que 1 semana possui (normalmente) 5 D.U.	Horas trabalhadas por pessoa / dia útil	7,8
Considerando 1 (uma) pessoa trabalhando 7,8h por D.U.	Horas úteis inicialmente "disponíveis" por Pessoa em 2023	1599
O total de horas com ações de capacitação (mínima) recomendada por normativo para cada pessoa por ano é de 40h.	Sendo assim, das horas úteis de cada pessoa no ano, tendo em vista a peculiaridade e histórico da AUDIN, desconta-se 40h de capacitação	40
A AUDIN-UFABC conta com 6 pessoas em seu quadro. Sendo porém, 1 deles o Auditor-Chefe (que já possui atribuições de gestão e supervisão); 1 trata-se do apoio administrativo (que não executa atribuições de AIG) e; 1 o Chefe da Divisão Interna da AUDIN e Auditor-Chefe Substituto (que ocupa metade de seu tempo com atribuições de chefia/supervisão e gerenciamento e a outra metade como AIG). Dessa forma, das 6 pessoas disponíveis na área, efetivamente são 3,5 AIG atuantes.	Auditores Internos Governamentais - AIG atuantes e disponíveis na AUDIN-UFABC em 2023	3,5

Subtotal de "Horas-Homem" Disponíveis na AUDIN p/ 2023 (AIGs)	Horas-Homem 2023 considerando somente AIGs	5596,5
Subtotal de horas utilizadas com atividades de apoio administrativo, gestão e supervisão internos	Horas gastas com outras atividades	3997,5
Total de "Horas-Homem" disponíveis na AUDIN p/ 2023 (total de 6 pessoas)	Horas-Homem 2023 considerando todos os 6 servidores	9594

Considerando o disposto no art. 4º da IN 5/2021, sobre a previsão realista das atividades a serem realizadas no período, bem como todas aquelas que decorrem de obrigação legal, a AUDIN-UFABC optou por selecionar três ações que envolvem boa parte dos recursos discricionários da Universidade, pormenorizadamente descritas nos Anexos A e B.



3 Metodologia

3.1 O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAINT/2023

3.1.1 FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT/2023

De acordo com a Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, a atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada de forma sistemática, disciplinada e baseada em riscos, devendo ser estabelecidos, para cada trabalho, objetivos que estejam de acordo com o propósito da atividade de auditoria interna e que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais e estratégias da Universidade.

Assim, o Anexo A detalha a metodologia utilizada para o elenco e seleção das ações de auditoria a partir de quatro variáveis objetivas – materialidade dos recursos; lapso temporal entre ações de auditorias, recomendações da CGU e do TCU e demandas da comunidade cujo resultado da pontuação se expressa no indicador “impacto”; e, de uma variável subjetiva que traduz a perspectiva dos auditores, compondo, assim o indicador “probabilidade”. Por sua vez, a junção de tais indicadores apresenta como resultante o chamado “nível de risco”, indicador responsável por orientar a seleção dos trabalhos.

3.2 Ações de Consultoria

Esta Auditoria entende como fundamental o desempenho da função de consultoria, prevista nas *International Professional Practices Framework (IPPF's)* do IIA e no Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, expedido pela Controladoria Geral da União (CGU) e aprovado pela Instrução Normativa da CGU nº 8/2017.

No desempenho dessa função, a Audin busca indicar os riscos e respectivos controles que se relacionam aos questionamentos apresentados, proporcionando ao gestor a tomada de decisão com maior embasamento. Não obstante não prever inicialmente nenhuma ação de consultoria para 2023, poderá ser praticada pela Auditoria do UFABC seguintes modalidades:

- a) Consultoria contínua, principalmente por meio de reuniões, computada a partir de uma estimativa de horas utilizadas;
- b) Consultoria por consulta formal, na qual se produz nota de auditoria com a análise do caso apresentado e sugestões com foco nos riscos e controles.
- c) Consultoria por projetos, inclusive para capacitações, computada pelas horas utilizadas no planejamento e implementação do projeto.

3.3 Trabalhos decorrentes de obrigação normativa

Neste tópico são apresentados os trabalhos de auditorias programados em função de obrigação normativa, relacionadas à atuação das unidades de auditoria internas

governamentais do Poder Executivo Federal, decorrentes das ações de supervisão técnica executadas pelos órgãos superiores do Sistema de Controle Interno (SCI) do Governo Federal.

a) elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2024, conforme disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021;

b) elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos das disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021;

c) monitorar a implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna em trabalhos anteriores, nos termos das disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021;

d) elaboração e consolidação dos itens relacionados à atuação da AUDIN, que constarão no Relatório de Gestão da UFABC, ano base de 2022, nos termos da Decisão Normativa nº 170/TCU/Plenário, de 19 de setembro de 2018;

e) implementação do Plano de Gestão da Melhoria da Qualidade (PGMQ), previsto pelas Instruções Normativas nº 03/2017 e 5/2021;

f) levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo, incluindo o monitoramentos de recomendações e/ou determinações;

g) gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental, conforme Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021;

h) supervisão técnica;

i) gestão interna; e

j) reserva técnica para demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do PAINT.

3.4 Ações de capacitação

Em atendimento ao art. 4º, §2º da IN 5/2021, pretende-se em 2023 viabilizar a participação dos servidores nos dois fóruns de capacitação técnica promovidos pela Associação Nacional dos Integrantes das Auditorias Internas (FONAI-MEC), com o objetivo de promover o intercâmbio de soluções para problemas comuns ao universo das Instituições Federais de Ensino, bem como no Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno, além de treinamentos em: técnicas estatísticas, gestão de riscos, sistemas informatizados do Governo Federal, planejamento e execução orçamentária, dentre outros, disponibilizados pelo Senado Federal, CGU, TCU ou EVG, de forma a cumprir a carga horária mínima de 40 horas para cada auditor interno governamental.

A inscrição em treinamentos nas áreas citadas se justifica em razão das ações de controle relacionadas neste documento, bem como das competências indispensáveis para o exercício da função de auditor.

Não obstante, poderá ser solicitado, em momentos específicos, o apoio técnico de profissionais cujos cargos ou conhecimentos técnicos não estejam contemplados no quadro atual de servidores da AUDIN.

3.5 Orçamento da unidade de Auditoria Interna

Para o exercício de 2023, o orçamento estimado da AUDIN é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes naturezas da despesa:

GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	VALOR AUTORIZADO EM REAIS
3	33.90.14	Diárias	7.500,00
3	33.90.33	Passagens nacionais	7.500,00
3	33.90.39	Capacitação	15.000,00
TOTAL			30.000,00

Observa-se que a disponibilidade de recursos necessários (humanos, financeiros e tecnológicos) à execução do PAINT, não dependem exclusivamente da AUDIN, especialmente quanto aos recursos financeiros que requerem autorização da alta administração da UFABC.

4

RISCOS DE AUDITORIA PARA EXECUÇÃO DO PAINT 2023

4.1 RISCOS

Os riscos de auditoria aqui apresentados são fatores internos e externos à AUDIN que podem prejudicar ou até mesmo inviabilizar a execução do PAINT de forma geral e não devem ser confundidos com os riscos de auditoria relativos à execução de cada ação, os quais serão tratados no planejamento de cada ação.

FATORES TIDOS COMO CRÍTICOS:

- Ausência de entendimento adequado, por parte dos gestores, quanto à importância dos trabalhos da AUDIN;
- Ausência e atrasos de manifestação por parte dos gestores;
- Sistemas não integrados e processos não mapeados;
- Dificuldades de comunicação e interpretação das comunicações emitidas pela AUDIN;
- Implantação do sistema e-Aud, capacitação da equipe da UAIG e dos servidores das áreas auditadas;
- Não cumprimento na integralidade de todas as ações previstas no PAINT para o exercício;
- Equipe desmotivada ou sobrecarregada;
- Indisponibilidade de recursos financeiros para capacitação da equipe ou não realização de cursos disponibilizados pelas Escolas de Governo.

4.2 DEMANDAS NÃO PREVISTAS

As demandas extraordinárias com origem do TCU, CGU, PF, MPF e do Poder Judiciário serão atendidas com prioridade em relação às ações do PAINT, observando-se o prazo solicitado. Se o prazo permitir, a ação será contemplada no PAINT do exercício seguinte.

As demandas com origem em conselhos superiores, gestão, Ouvidoria ou Fórum das Instâncias de Controle da UFABC, serão submetidas à avaliação da auditora chefe, que se manifestará segundo procedimento previsto no Manual de Auditoria Interna da UFABC.

Para atendimento a essas demandas, poderão ser utilizadas as horas de reserva de contingência ou poderá ser programada para inclusão do PAINT do ano subsequente.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores externos não programados, como: treinamentos; trabalhos especiais; e atendimento ao TCU, à CGU, à Reitoria, às Pró-Reitorias, aos Centros e aos Núcleos que compõem a UFABC.

Estima-se atingir êxito quanto ao aprimoramento dos controles internos administrativos, respeitando as peculiaridades institucionais e normas aplicáveis, de modo a mitigar os riscos inerentes aos processos organizacionais, tornando-os residuais e gerenciáveis. Dentre os resultados esperados, destacamos:

- racionalização dos trabalhos de auditoria interna;
- estruturação e fortalecimento do sistema de controle interno;
- interação com a comunidade acadêmica de forma produtiva;
- consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;
- otimização dos sistemas administrativos;
- desenvolvimento e capacitação dos servidores; e
- adequação e distribuição da força de trabalho.

Diante da proposta elaborada, submetemos à análise prévia da Controladoria-Regional da União no Estado de São Paulo, a fim de que se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, tecendo as recomendações que entender cabíveis.

Santo André, 15 de dezembro de 2022.

Documento assinado digitalmente
 ROSANA DE CARVALHO DIAS
Data: 16/12/2022 15:41:42-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Rosana de Carvalho Dias

Auditora-Chefe

ANEXO I – Serviços de Auditoria e Demais Ações

ID	OBJETO – TIPO DE SERVIÇO	ENVOLVIDOS	ORIGEM	OBJETIVO	PERÍODO	H/H
1	Bolsas socioeconômicas (Permanência, Moradia, Alimentação e Creche) - Avaliação	Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas	AUDIN	Avaliar a conformidade quanto à concessão das bolsas socioeconômicas	Fevereiro a Agosto	1670
2	Bolsas de mestrado e Doutorado concedidas com recursos da UFABC - Avaliação	Pró-reitoria de Pós-Graduação	AUDIN	Avaliar a conformidade quanto à concessão das bolsas de mestrado e doutorado	Fevereiro a Agosto	1670
3	Bolsas extensionistas concedidas com recursos da UFABC – Avaliação	Pró-reitoria de Extensão e Cultura	AUDIN	Avaliar a conformidade quanto à concessão das bolsas extensionistas	Fevereiro a Agosto	1670
4	Gestão Interna – Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Analisar experiência com o teletrabalho iniciado em 2022; reestruturação do setor, redefinição de processos e responsabilidades	Fevereiro a Maio	360
5	Monitoramento das recomendações constantes do Plano de Providências Permanente - Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Inserir e capacitar os gestores para utilizar o e-Aud para monitorar as recomendações pendentes, verificando as providências adotadas.	Janeiro a dezembro	515
6	Capacitação da equipe - Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Capacitar profissionalmente por meio de participação em treinamentos sobre os objetos auditados, controle interno, riscos e demais temas que se fizerem necessários para o aperfeiçoamento constante da equipe no exercício de suas funções.	Janeiro a Dezembro	281

7	Gestão e Melhoria da Qualidade - Implantação do e-AUD – Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Implementar o uso do e-AUD na AUDIN do módulo de auditoria, para todo o fluxo das atividades e demais funções de auditoria, com capacitação dos gestores.	Fevereiro a Maio	1030
8	Gestão da Melhoria da Qualidade – Estudo de implantação do IA-CM – Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Realizar projeto interno para diagnóstico do posicionamento da AUDIN-UFABC em relação aos níveis dos KPAs (níveis 1 e 2) e sua certificação (IA-CM)	Janeiro a Agosto	586
9	Gestão e Melhoria da Qualidade - Transparência ativa da AUDIN – Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Atender durante o exercício as demandas com relação à integração e comunicação da AUDIN junto à comunidade acadêmica, por meio da devida transparência ativa e demais ações que se fizerem necessárias	Janeiro a Dezembro	100
10	Relatório Anual de Auditoria - RAIN 2022- Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Relatar as atividades realizadas pela Unidade de Auditoria Interna, comparando-as com o planejado no PAINT 2022, mensurando os resultados, visando o aperfeiçoamento contínuo das atividades de auditoria.	Janeiro a março	39
11	Contabilização de benefícios das recomendações de auditoria constantes do Plano de Providências Permanente AUDIN - Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Atender à Instrução Normativa 10/2020 que estabelece a necessidade de contabilização dos benefícios financeiros e não financeiros a partir do atendimento das recomendações constantes dos relatórios de auditoria.	Março	8

12	Prestação de Contas do Exercício de 2022 - Obrigação normativa	Todas as áreas	TCU	Relatar as atividades realizadas pela Unidade de Auditoria Interna, comparando-as com o planejado no PAINT 2022, elaborar o parecer de auditoria interna sobre as contas do exercício 2022 e acompanhar o desenvolvimento do processo anual de contas.	Janeiro a Março	45
13	Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT 2024 - Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Planejar as ações da auditoria para o exercício seguinte.	Março a Novembro	370
14	Supervisão dos Trabalhos de Auditoria - Obrigação normativa	AUDIN	CGU	Quantidade de horas da Auditora-chefe dedicadas à supervisão dos procedimentos realizados pela equipe, tais como revisão de programas de auditoria, relatórios, notas, dentre outros.	Janeiro a Dezembro	170
15	Levantamento de informações para órgãos de controle interno e externo - Obrigação normativa	Todas as áreas	CGU	Assessorar os órgãos de controle interno (Poder executivo) e externo, da Administração Pública Federal.	Janeiro a Dezembro	80
16	Reserva Técnica - Obrigação normativa	Todas as áreas	AUDIN	Disponibilizar horas técnicas da equipe de auditoria para atividades extraordinárias, não previstas no PAINT/2023	Janeiro a Dezembro	1000

Fonte: Elaboração AUDIN

ANEXO II – Alocação da Força de Trabalho – e-Aud

Atividade	HH Previsto	HH Realizado
Serviços de Auditoria	5.010	
Capacitação dos Auditores	281	
Monitoramento de Recomendações	515	
Gestão e Melhoria da Qualidade	1.716	
Gestão Interna da UAIG	360	
Levantamento das informações para órgãos de controle interno ou externo	80	
Reserva Técnica (demandas extraordinárias)	1.000	
Outros	632	
	9.594	

Fonte: e-Aud



Santo André
Dezembro/2022

Plano Anual de Auditoria Interna 2023

ANEXOS A e B



UFABC

ANEXO A

METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS TRABALHOS

De acordo com a Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, a atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada de forma sistemática, disciplinada e baseada em riscos, devendo ser estabelecidos, para cada trabalho, objetivos que estejam de acordo com o propósito da atividade de auditoria interna e que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais e estratégias da Universidade.

Nesse sentido, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) – desenvolvido a partir da perspectiva de gestão de riscos, tem por finalidade executar ações de avaliação e aprimoramento a partir do alinhamento entre os objetivos e metas declarados pela gestão da Universidade, além das expectativas da alta administração e demais partes interessadas, tendo por objetivo priorizar a execução de ações de auditoria que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades e processos organizacionais da UFABC, gerando assim, valor público para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Assim, este **Anexo A** detalha a metodologia utilizada para o elenco e seleção das ações de auditoria a partir de quatro variáveis objetivas – materialidade dos recursos; lapso temporal entre ações de auditorias, recomendações da CGU e do TCU e demandas da comunidade, cujo resultado da pontuação se expressa no indicador “impacto”; e, de uma variável subjetiva que traduz a perspectiva dos auditores, compondo, assim o indicador “probabilidade”. Por sua vez, a junção de tais indicadores apresenta como resultante o chamado “nível de risco”, indicador responsável por orientar a seleção dos trabalhos.

→ **SELEÇÃO DOS TEMAS**

Segundo o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT), se a instituição auditada não possuir um processo de gerenciamento de riscos implementado, como é o caso da UFABC, a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) poderá selecionar os trabalhos de auditoria a partir da identificação e da avaliação de riscos realizadas por ela própria.

Isso posto, levando-se em consideração que a Universidade prorrogou a vigência o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – principal documento que norteia as ações da alta administração e baliza as atividades a serem desenvolvidas pelo corpo funcional e, ainda, que as discussões para o novo PDI ocorrerão ao longo do ano de 2023; a AUDIN optou por mapear os “temas” passíveis de serem avaliados a partir do sítio eletrônico da Instituição – www.ufabc.edu.br, com vistas a identificar os

principais processos organizacionais, as respectivas áreas responsáveis por tais processos e se esses estavam relacionados a atividades meio ou finalísticas da Universidade. Assim, foram identificados 260 atividades/processos que compuseram o “Plano de Temas”, exposto no Anexo B que apresenta a Matriz de Riscos.

→ **MATRIZ DE RISCOS**

A Matriz de Riscos – também conhecida como Matriz de Probabilidade e Impacto - é uma ferramenta utilizada para a análise do risco a partir do elenco de variáveis, com objetivo de demonstrar visualmente as áreas/processos/atividades que carecem de maior atenção da Instituição.

Conforme exposto, dois foram os critérios ou indicadores utilizados. O primeiro deles se refere ao “impacto” (IndImpacto), traduzido nas consequências que a Universidade sofrerá com a materialização do risco a partir da inferência da sua “probabilidade” (IndProbabilidade), ou seja, da chance de sua ocorrência no mundo fenomênico, respondendo pelo segundo critério da matriz. Assim, os chamados níveis de risco são definidos pelo resultado do produto entre o “impacto” e a “probabilidade” para cada um dos processos/atividades listados no “Plano de Temas” – Nível de Risco = (IndImpacto) X (IndProbabilidade).

→ **Indicador “Impacto” – (IndImpacto):**

Representa o eixo “x” da Matriz de Riscos e seus valores correspondem a média da pontuação atribuída a cada atividade/processo que compõe o “Plano de Temas” ($\text{Var1} + \text{Var2} + \text{Var3} + \text{Var4} / n\text{Var}$). Por sua vez, a pontuação é composta por quatro variáveis objetivas – (I) materialidade dos recursos; (II) lapso temporal entre ações de auditorias, (III) recomendações da CGU e do TCU e (IV) demandas da comunidade, detalhadas a seguir:

Variável I – Materialidade dos Recursos (Var1):

Possui por objetivo identificar e apropriar a cada atividade/processo do “Plano de Temas” os valores financeiros executados distribuídos na seguinte escala:

VALOR DE ENTRADA	INTERVALO	IMPACTO
1	de R\$ 0,00 - R\$ 100.000,00	Irrelevante
2	de R\$ 100.000,01 - R\$ 500.000,00	Baixo
3	de R\$ 500.000,01 - R\$ 1.000.000,00	Médio
4	de R\$ 1.000.000,01 - R\$ 5.000.000,00	Alto
5	Acima de R\$ 5.000.000,01	Crítico

Assim, para o PAINT 2023, os valores foram levantados a partir das informações disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, especificamente no que se refere à consulta da despesa pública. Com relação aos parâmetros da consulta, optou-se por coletar os valores executados e inscritos em restos a pagar referentes aos meses de janeiro a outubro do exercício de 2022. Ressaltamos, porém, que para algumas atividades/processos não foi possível individualizar os valores, razão pela qual houve o lançamento múltiplo quando tal valor englobou mais de uma atividade/processo.

Variável II – Lapso temporal entre as ações de auditoria (Var2):

Identifica o risco associado ao tempo cronológico decorrido entre o exercício corrente e o exercício em que a ação de avaliação fora realizada. Temos:

VALOR DE ENTRADA	INTERVALO	IMPACTO
1	Até 2 exercícios	Irrelevante
2	Até 3 exercícios	Baixo
3	Até 4 exercícios	Médio
4	Até 5 exercícios ou mais	Alto
5	Nunca auditado	Crítico

Em relação aos parâmetros para a apropriação dos intervalos referentes aos exercícios, registramos que o ano em que o relatório foi expedido não fora considerado para a contagem do tempo. Assim, se um relatório de auditoria fora emitido em 2019, a contagem ocorreu a partir do ano de 2020 – recebendo assim o valor de entrada 2 e não 3.

Variável III – Recomendações CGU e TCU (Var3):

Esta variável leva em consideração o risco associado à emissão de recomendações por parte da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) como órgãos de controle. A escala está assim distribuída:

VALOR DE ENTRADA	INTERVALO	IMPACTO
1	Sem apontamentos CGU/TCU	Irrelevante
2	Apontamentos da CGU ou do TCU atendidos;	Baixo
3	Apontamento da CGU e do TCU atendidos;	Médio
4	Apontamentos da CGU ou do TCU pendentes;	Alto
5	Apontamentos da CGU e do TCU pendentes.	Crítico

Esclarecemos que os apontamentos da CGU foram obtidos por meio do Sistema e-Aud, enquanto os do TCU foram levantados a partir do Sistema Conecta TCU, os quais estão consolidados no Relatório de Monitoramento nº 2021019-AUDIN/UFABC¹.

Variável IV – Demandas da Comunidade Acadêmica e Externa (Var4):

Possui por finalidade evidenciar as demandas da comunidade acadêmica e externa – sociedade em geral manifestada por meio dos canais de comunicação oficial da UFABC, notadamente, àquelas encaminhadas para a Ouvidoria. Tem-se a seguinte escala de pontuação:

VALOR DE ENTRADA	INTERVALO	IMPACTO
1	Sem demanda ou Elogio	Irrelevante
2	Sugestão/Simplifique	Baixo
3	Solicitação	Médio
4	Reclamação	Alto
5	Denúncia	Crítico

Consignamos que as informações para a composição dessa variável são provenientes do Relatório de Gestão da Ouvidoria da UFABC, referente às demandas registradas no transcorrer do exercício de 2021².

→ Indicador “Probabilidade” (IndProbabilidade):

Representa o eixo “y” da Matriz de Riscos e seus valores correspondem à probabilidade de ocorrência do risco no mundo fenomênico.

Variável V – Análise da AUDIN-UFABC (Var5):

A pontuação dessa variável foi obtida a partir da realização de uma oficina com a participação de três Auditores Internos Governamentais (AIG) que com base na respectiva experiência atribuíram as notas indicadas na escala para cada atividade/processo indicado no “Plano de Temas” a partir do consenso obtido entre as três diferentes visões. Temos.

VALOR DE ENTRADA	IMPACTO
1	Irrelevante
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Crítico

¹ Disponível em: https://audin.ufabc.edu.br/images/relatorio_2021019_-_status_monitoramento_ppp_2021.pdf

² Disponível em: https://www.ufabc.edu.br/images/ouvidoria/relatorio_de_ouvidoria_2021.pdf

→ AVALIAÇÃO DOS RISCOS

O nível de risco, por sua vez, é compreendido como sendo o resultado da combinação entre a probabilidade de ocorrência de determinado evento de risco e do impacto desse mesmo risco inerente à atividade/processo caso esse se concretize. Isso posto, o Eixo x, foi calculado com base na pontuação média atribuída às variáveis objetivas - Var1, Var2, Var3 e Var4. O resultado obtido foi multiplicado pela probabilidade, representado pela variável subjetiva – Var5 e apresentada no Eixo y. Tem-se, portanto, que o Nível de Risco (NR) é obtido a partir do produto entre o indicador “Impacto” e indicador “Probabilidade”, ou seja, $NR = (IndImpacto) \times (IndProbabilidade)$.

NÍVEL DE RISCO (NR)	IMPACTO
De 1 a 5	Irrelevante
De 5,1 a 10	Baixo
De 10,1 a 15	Médio
De 15,1 a 20	Alto
De 20,1 a 25	Crítico

Além do Nível de Risco indicado pela Matriz de Riscos, para a seleção dos trabalhos de auditoria a serem desenvolvidos no exercício de 2023, levou-se em consideração os seguintes fatores (i) composição da equipe da Auditoria Interna da UFABC que, atualmente, tem sua força de trabalho reduzida, contando com 05 (cinco) AIGs e 01 (um) assistente administrativo, totalizando 06 (seis) servidores; (ii) demandas estabelecidas por obrigações normativas e (iii) a necessidade de capacitação da equipe, da realização de monitoramento das recomendações e, sobretudo, da necessidade de melhorias internas no setor no que diz respeito a implantação do sistemas informacional **e-Aud**.

Visto tratar-se de uma matriz com 260 atividades/processos, optamos por apresentar as ações a partir do ordenamento da pontuação da maior para a menor, com corte naquelas classificadas como nível de **risco alto e médio**.

PLANO DE TEMAS				IMPACTO - EIXO X				IMPACTO	PROBABILIDADE - EIXO Y	MATRIZ DE RISCO	
Área Funcional	id	Processo/Tema	Tipo	VARIÁVEL I Materialidade	VARIÁVEL II Lapso entre Auditorias	VARIÁVEL III Recomend. da CGU/TCU	VARIÁVEL IV Demandas da Comunidade (Ouvidoria)		VARIÁVEL V Análise da AUDIN	"NÍVEL DE RISCO"	
ProAp	108	Bolsas socioeconômicas (Bolsa Permanência; Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche - Recursos UFABC e PNAES)	Meio	4	4	4	3	3,75	5	18,75	Alto
ProAp	101	Programas de Assistência Estudantil (Auxílios Ação Afirmativa, Acessibilidade e Monitoria Inclusiva)	Meio	2	4	4	3	3,25	5	16,25	Alto
ProPg	125	Gestão de bolsas de Mestrado e Doutorado UFABC	Fim	4	5	1	3	3,25	5	16,25	Alto
ProGrad & Núcleos de Ensino	80	Gestão da estrutura curricular de curso	Fim	1	5	1	3	2,5	5	12,5	Médio
Proad	140	Gestão contábil e financeira	Meio	4	4	1	1	2,5	5	12,5	Médio
Proec/Planejamento-apoio à gestão	257	Bolsas extensionistas	Fim	3	4	2	1	2,5	5	12,5	Médio
Sugepe/DC	157	Gestão de concursos públicos	Meio	1	5	1	5	3	4	12	Médio
Sugepe/DC	159	Promoção funcional de professor titular	Meio	5	5	1	1	3	4	12	Médio
ProPes	63	Bolsas (Iniciação Científica; Pesquisando Desde o Primeiro Dia, e Treinamento e Apoio Técnico em Pesquisa)	Fim	3	4	1	1	2,25	5	11,25	Médio
ProGrad & Núcleos de Ensino	78	Criação, reformulação e extinção de cursos	Fim	1	5	1	2	2,25	5	11,25	Médio
ProGrad	86	Programa de Monitoria Acadêmica (Bolsas)	Fim	2	5	1	1	2,25	5	11,25	Médio
ProGrad	88	Ingresso e acompanhamento do desenvolvimento discente	Fim	1	5	1	4	2,75	4	11	Médio
Proad	137	Gestão de aquisições - Outros Serviços de Terceiros	Meio	5	4	1	1	2,75	4	11	Médio
Proec/Planejamento-apoio à gestão	260	Processamento de editais institucionais	Fim	1	5	1	4	2,75	4	11	Médio

Fonte: Audin UFABC

Consideradas todas as variáveis descritas nos tópicos anteriores e a partir da análise da matriz de riscos acima, foram selecionadas as seguintes ações:

- id 108 (Bolsas socioeconômicas – Bolsa Permanência; Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação e Auxílio Creche (Recursos UFABC e PNAES)), sob gestão da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP);
- id 125 (Gestão de bolsas de mestrado e doutorado (Recursos UFABC), sob gestão da Pró-reitoria de Pós-graduação; e
- id 257 Bolsas extensionistas, sob gestão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Cabe esclarecer que se optou por não incluir o id 101 (Programas de Assistência Estudantil (Auxílios Ação Afirmativa, Acessibilidade e Monitoria Inclusiva), não obstante tenha apresentado um nível de risco elevado, em razão destes programas também estarem sob responsabilidade da PROAP, o que demandaria um esforço acima da capacidade de resposta da área, tendo em vista que atualmente já possui um número considerável de recomendações em monitoramento.

2. Dos fatores de risco

Considerando que a UFABC ainda não avançou satisfatoriamente no processo de gerenciamento de riscos, para compor o rol de processos a serem auditados, para o exercício, foram selecionadas a partir da análise de temas identificados nos grandes macroprocessos da Universidade. A metodologia foi adaptada daquela utilizada pelo Instituto Federal Catarinense.

A partir dos parâmetros estabelecidos para levantamento dos riscos: relevância do processo para atividade finalística; relevância do processo para a atividade meio; auditorias realizadas nos últimos anos pelo TCU, CGU e AUDIN; número de recomendações; denúncias junto à Ouvidoria; ações judiciais; orçamento PLOA 2022 ; se está relacionado na Agenda Prioritária 2021-2022 da Gestão e, finalmente, a oportunidade de a AUDIN tratar do tema, buscou-se abranger os critérios de materialidade, relevância e criticidade para a seleção das ações.

No quadro abaixo é apresentada a relação de macroprocessos, processos e subprocessos, passíveis de avaliações de auditoria, considerados para pontuação na matriz de risco.

	13	Assessoramento Jurídico	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Corregedoria	14	Tratamento de reclamações e denúncias	Meio	1	5	1	4	2,75	2	5,5	Baixo
	15	Instauração e acompanhamento de procedimentos e processos disciplinares	Meio	1	5	1	4	2,75	2	5,5	Baixo
	16	Termo de Ajustamento de Conduta - TAC	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Propladi	17	Planejamento e acompanhamento do orçamento	Meio	1	4	1	1	1,75	3	5,25	Baixo
	18	Geração de indicadores institucionais	Meio	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
	19	Apoio a regulação dos cursos de graduação	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	20	Tratar e acompanhar o PLS	Meio	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
	21	Apoio a avaliação externa institucional	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	22	Relatório de Gestão	Meio	1	1	1	1	1	3	3	Irrelevante
Comissão de Ética	23	Apreciação e avaliação de conduta de agentes públicos	Meio	1	5	1	5	3	1	3	Irrelevante
	24	Supervisão da observância ao código de ética	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	25	Divulgação e promoção da ética pública	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Comissão de Ética em Pesquisa	26	Regulamentação	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	27	Análise e aprovação de propostas de pesquisas (plataforma Brasil-PLATBR)	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
NETEL	28	Planejamento e avaliação de riscos	Meio	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
	29	Gestão de tecnologias para cursos	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante

		30	Fomento de pesquisas tecnológicas na área educacional	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		31	Criação e reformulação de cursos	Meio	1	4	1	1	1,75	2	3,5	Irrelevante
		32	Seleção de colaboradores (Tutores, professores, pesquisadores, etc)	Meio	1	4	1	2	2	2	4	Irrelevante
		33	Assessoramento e acompanhamento de projetos	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		34	Relação com a CAPES	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		35	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		36	Gestão de contratos	Meio	1	1	1	1	1	2	2	Irrelevante
		37	Bolsas	Meio	1	0	1	1	0,75	2	1,5	Irrelevante
		38	Universidade Aberta (UAB)	FIM	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		39	Comunicação	Fim	1	5	1	3	2,5	2	5	Irrelevante
	Assessoria de Relações Internacionais	40	Comunicação oficial	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		41	Bolsas AUGM Graduação	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Infraestrutura	Obras (SPO)	42	Planejamento de obras (projetos)	Meio	1	1	4	1	1,75	4	7	Baixo
		43	Licitação de obras	Meio	5	1	1	1	2	5	10	Baixo
		44	Gestão de contratos de serviços de engenharia e arquitetura	Meio	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante
		45	Regularização de Bens Imóveis em Órgãos Públicos	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
		46	Patrimônio	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Divulgação acadêmica	Editora	47	Planejamento editorial	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
		48	Recepção e controle de conteúdo editorial	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo

		49	Programação, execução e controle de edição de obras	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
		50	Publicação, distribuição, divulgação e comercialização da produção editorial	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		51	Prestação de contas	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
		52	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Convênios	ACIC	53	Planejamento de convênios e parcerias	Meio	1	1	1	1	1	3	3	Irrelevante
		54	Gestão de contrato com a Fundação de Apoio	Meio	5	1	4	1	2,75	3	8,25	Baixo
		55	Formalização, acompanhamento e prestação de contas de convênios e parcerias	Meio	1	1	1	1	1	3	3	Irrelevante
Pesquisa	ProPes	56	Planejamento e apoio a pesquisa	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		57	Gestão de instalações multiusuário	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
		58	Cartão Pesquisador	Meio	1	1	1	1	1	4	4	Irrelevante
		59	Apoio e Acompanhamento da atividade científica (cadastro de projetos, laboratórios, pesquisador colaborador (PC))	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		60	Comunicação de eventos (pesquisa científica)	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		61	Cadastro e acompanhamento de bolsas (PNPD, SIE, CNPQ,)	Fim	1	4	1	1	1,75	1	1,75	Irrelevante
		62	Prestação de contas dos processos de bolsas	Fim	1	4	1	1	1,75	5	8,75	Baixo

	63	Bolsas (Iniciação Científica; Pesquisando Desde o Primeiro Dia, e Treinamento e Apoio Técnico em Pesquisa)	Fim	3	4	1	1	2,25	5	11,25	Médio
	64	Acompanhamento de projetos institucionais de pesquisa e de infraestrutura de pesquisa (PROINFRA-CTINFRA)	Fim	1	1	1	1	1	1	1	Irrelevante
	65	Acompanhamento do cadastro e atualização de projetos de pesquisa no SIGAA.	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
	66	Assessoramento e consolidação de informações da ProGrad, ProPg, ProAp, Agência de Inovação e ProPes para o CNPq	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
	67	Aquisição de materiais e serviços	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	68	Gestão de Equipamentos de Pesquisa	fim	1	4	1	1	1,75	5	8,75	Baixo
Inova	69	Planejamento de atividades (planos de ação)	Fim	1	1	1	1	1	3	3	Irrelevante
	70	Gestão da propriedade intelectual	Fim	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante
	71	Gestão da transferência tecnológica	Fim	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante
	72	Gestão do empreendedorismo tecnológico	Fim	1	1	1	1	1	2	2	Irrelevante
	73	Gestão do portfólio de competências tecnológicas e melhoria do desempenho produtivo	Fim	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante
	74	Gestão da extensão	Fim	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante

			tecnológica e formação continuada									
		75	Gestão de incubadoras e parques tecnológicos	Fim	1	1	1	1	1	5	5	Irrelevante
		76	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	1	1	1	1	2	2	Irrelevante
Ensino	ProGrad & Núcleos de Ensino	77	Gestão do Planejamento Pedagógico Institucional	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		78	Criação, reformulação e extinção de cursos	Fim	1	5	1	2	2,25	5	11,25	Médio
		79	Registro, acompanhamento e avaliação de curso;	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		80	Gestão da estrutura curricular de curso	Fim	1	5	1	3	2,5	5	12,5	Médio
		81	Criação e atualização de diretrizes didático-pedagógicas dos cursos;	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
	ProGrad	82	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico - PADA	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
		83	Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial - PEAT	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		84	Programa de Residência Pedagógica - RP/UFABC	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
		85	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID (Bolsas)	Fim	1	4	1	1	1,75	5	8,75	Baixo
		86	Programa de Monitoria Acadêmica (Bolsas)	Fim	2	5	1	1	2,25	5	11,25	Médio
		87	Programa de Educação Tutorial - PET;	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
88		Ingresso e acompanhamento do desenvolvimento discente	Fim	1	5	1	4	2,75	4	11	Médio	

	89	Transferências discente	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
	90	Auxílios à Eventos - Congressos discentes e atividades extrasala)	Fim	1	4	1	1	1,75	5	8,75	Baixo
	91	Bacharelados interdisciplinares (apoiado pelos Centros)	Fim	1	5	1	4	2,75	2	5,5	Baixo
	92	Apoio a formação específica (responsabilidade dos Centros)	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	93	Registro e emissão de certificados e diplomas	Fim	1	4	1	3	2,25	3	6,75	Baixo
	94	Gestão de laboratórios didáticos	Fim	1	4	1	1	1,75	4	7	Baixo
	95	Aquisição de materiais e serviços	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	96	Atendimento	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
SISBI	97	Gestão de periódicos e publicações	Fim	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
	98	Gestão do acervo bibliográfico	Fim	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
	99	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
	100	Atendimento	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
ProAP	101	Programas de Assistência Estudantil (Auxílios Ação Afirmativa, Acessibilidade e Monitoria Inclusiva)	Meio	2	4	4	3	3,25	5	16,25	Alto
	102	Gestão da nutrição universitária (RU)	Meio	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
	103	Promoção à Saúde	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	104	Esporte e Lazer	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	105	Atendimento Psicossocial	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
	106	Acessibilidade	Meio	1	5	1	1	2	5	10	Baixo

	107	Segurança comunitária	Meio	1	4	1	1	1,75	2	3,5	Irrelevante
	108	Bolsas socioeconômicas (Bolsa Permanência; Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Creche - Recursos UFABC e PNAES)	Meio	4	4	4	3	3,75	5	18,75	Alto
	109	Acessibilidade nos Campi	Meio	1	5	1	4	2,75	2	5,5	Baixo
	110	Avaliação socioeconômica	Meio	1	4	1	3	2,25	4	9	Baixo
	111	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	112	Atendimento	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Centros	113	Atuação docente	Fim	1	2	1	4	2	3	6	Baixo
	114	Cursos de Formação específica (apoiado pela Prograd)	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	115	Planejamento dos cursos de Pós-Graduação	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
CECS	116	Bolsas Projeto Solar MS	Meio	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
Propg	117	Processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação (PPG)	Fim	1	5	1	4	2,75	3	8,25	Baixo
	118	Internacionalização dos programas de pós	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
	119	Apoio ao ensino de Pós-Graduação	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
	120	Auxílio financeiro à Eventos (discentes pós-graduação)	Fim	2	4	1	1	2	5	10	Baixo
	121	Auxílio financeiro à docente (participação em congressos/publicações)	Fim	1	4	1	1	1,75	5	8,75	Baixo
	122	Formação de turmas (Alocação Didática)	Fim	1	3	1	1	1,5	5	7,5	Baixo

		123	Relação com a CAPES (avaliação quadrienal)	Fim	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		124	Coordenação dos PPG's	Fim	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		125	Gestão de bolsas de Mestrado e Doutorado UFABC	Fim	4	5	1	3	3,25	5	16,25	Alto
		126	Procedimento disciplinar	Fim	1	5	1	5	3	2	6	Baixo
		127	Emissão e atestados (discentes e docentes)	Fim	1	5	1	4	2,75	3	8,25	Baixo
		128	Avaliações de cursos e turmas	Fim	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
		129	Manutenção do Portal do professor e discente	Fim	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		130	Gestão de Laboratórios	Fim	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
		131	Convalidações de Disciplinas	Fim	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		132	Ensino à distância	Fim	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		133	Emissão de diplomas	Fim	1	5	1	4	2,75	2	5,5	Baixo
		134	Aquisições materiais, bens e serviços	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		Administração Geral	Proad / Propladi	135	Gestão orçamentária	Meio	1	4	1	1	1,75	2
136	Gestão documental			Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Proad	137		Gestão de aquisições - Outros Serviços de Terceiros	Meio	5	4	1	1	2,75	4	11	Médio
	138		Gestão de aquisições - Material de Consumo	Meio	3	4	1	1	2,25	4	9	Baixo
	139		Gestão de aquisições - Bens	Meio	4	4	1	1	2,5	4	10	Baixo
	140		Gestão contábil e financeira	Meio	4	4	1	1	2,5	5	12,5	Médio
	141		Gestão patrimonial	Meio	1	3	1	1	1,5	3	4,5	Irrelevante
142	Gestão de contratos	Meio	1	4	1	1	1,75	4	7	Baixo		

Gestão dos Campi	PU	143	Planejamento e gerenciamento de contratações	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		144	Concessões onerosas de espaços públicos	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		145	Prestação de contas	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		146	Gestão de suprimentos	Meio	1	4	1	1	1,75	2	3,5	Irrelevante
		147	Gestão de transportes	Meio	3	4	1	1	2,25	2	4,5	Irrelevante
		148	Locação de Mão de Obra - Gestão de serviços gerais (copeiragem, malote, limpeza, org. de eventos, coleta e descarte de resíduos)	Meio	5	4	1	4	3,5	2	7	Baixo
		149	Manutenção e conservação predial	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		150	Manutenção e conservação de equipamentos	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Reitoria	151	Cessão de utilização de espaço público	Meio	1	5	4	1	2,75	2	5,5	Baixo	
Comunicação	ACI	152	Campanhas institucionais	Meio	1	5	1	4	2,75	3	8,25	Baixo
		153	Assessoria de imprensa	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		154	Comunicação digital	Meio	1	5	1	4	2,75	3	8,25	Baixo
		155	Aquisição de materiais e serviços	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Gestão de Pessoas	Sugepe/DC	156	Programa de estágio	Meio	2	5	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
		157	Gestão de concursos públicos	Meio	1	5	1	5	3	4	12	Médio
		158	Contratação de Temporários (professor visitante e outros)	Meio	5	2	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
		159	Promoção funcional de professor titular	Meio	5	5	1	1	3	4	12	Médio
		160	Pagamento de Bancas de Concurso Público -	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante

		Docentes									
Sugepe/SIMP	161	Ingresso	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	162	Cessão e requisição de servidores	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	163	Colaboração técnica	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	164	Composição de força de trabalho	Meio	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
	165	Exercício provisório	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	166	Licença para tratar interesses particulares	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	167	Redistribuição	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	168	Remoção	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Sugepe/DAF	169	Abono permanência	Meio	2	5	1	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
	170	Adicional noturno	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	171	Afastamentos nacionais e internacionais - Diárias	Meio	2	5	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
	172	Afastamento nacionais e internacionais - Passagens	Meio	2	5	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
	173	Aposentadorias (Proventos)	Meio	4	4	1	1	2,5	3	7,5	Baixo
	174	Assentamento funcional	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	175	Averbação de tempo de contribuição	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	176	Cadastro de servidores	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	177	Cartão de identidade funcional	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	178	Controle de frequência	Meio	1	4	1	1	1,75	1	1,75	Irrelevante
	179	Exoneração	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	180	Férias	Meio	4	5	1	1	2,75	1	2,75	Irrelevante
	181	Horário especial para servidor estudante	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante

	182	Licenças	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	183	Redução de jornada	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	184	Vacância	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
Sugepe/DCCDP	185	Afastamento stricto sensu	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	186	Gestão do PCCTAE - Capacitação SUGEPE	Meio	2	2	1	1	1,5	1	1,5	Irrelevante
	187	Avaliação de desempenho e estágio probatório	Meio	1	4	1	1	1,75	1	1,75	Irrelevante
	188	Incentivo à qualificação	Meio	5	5	1	1	3	3	9	Baixo
	189	Licença para capacitação	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	190	Plano de desenvolvimento de pessoal (PDP)	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	191	Progressão por capacitação	Meio	5	2	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
	192	Progressão por mérito	Meio	5	2	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
	193	Progressão profissional de servidores docentes efetivos	Meio	5	2	1	1	2,25	3	6,75	Baixo
Sugepe/DPB	194	Alteração de conta bancária para recebimento de salário	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	195	Benefícios - Pagamento - Indenização à Saúde	Meio	4	4	1	1	2,5	1	2,5	Irrelevante
	196	Benefícios - Pagamento - Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	197	Benefícios - Pagamento Auxílio Funeral	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
	198	Benefícios - Pagamento - Auxílio Alimentação	Meio	5	5	1	1	3	1	3	Irrelevante
	199	Benefícios - Pagamento - Auxílio Creche	Meio	3	5	1	1	2,5	2	5	Irrelevante
	200	Benefícios - Pagamento - Auxílio Transporte	Meio	3	5	1	1	2,5	3	7,5	Baixo

201	Cadastro/exclusão de dependente econômico	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
202	Folha de pagamento - Vencimentos e Salários (Servidores Efetivos)	Meio	5	4	1	1	2,75	1	2,75	Irrelevante
203	Pagamento de 13º salário - Servidores Civil	Meio	5	5	1	1	3	1	3	Irrelevante
204	Pagamento de 13º - Contrato Temporário	Meio	2	5	1	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
205	Pagamento de 13º salário - Pensões Civis	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
206	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência (FUNPRESP)	Meio	3	5	1	1	2,5	1	2,5	Irrelevante
207	Obrigações Patronais - Contratos Temporários (INSS)	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
208	Pagamentos de diárias a colaboradores eventuais	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
209	Substituição Remunerada	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
210	Pagamentos Eventuais - Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC)	Meio	1	4	1	1	1,75	2	3,5	Irrelevante
211	Gratificação - Exercício de Função Comissionada (FGs)	Meio	2	5	1	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
212	Gratificação - Exercício de Cargo em Comissão	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
213	Gratificação por tempo de serviço	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
214	Adicional por tempo de Serviço	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
215	Pensões Civis	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
216	Remuneração extra-Siape	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
217	Incorporações	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante

	218	Indenização Trabalhista - Adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV)	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	219	Retroativos e processos de exercícios anteriores	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	220	Indenizações e Restituições	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	221	Pagamento - Sentenças Judiciais não transitadas em julgado	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	222	Pagamento - Vantagens permanentes por sentenças judiciais transitadas em julgado	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	223	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	224	Recolhimento de Obrigações Patronais (RPPS)	Meio	5	5	1	1	3	1	3	Irrelevante
Sugepe/DSQV	225	Ausência por doação de sangue	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	226	Convênio SESC	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	227	Gestão de perícias singulares	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
	228	Exames médicos admissionais	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	229	Horário especial para servidor com deficiência	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	230	Junta Médica Oficial	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	231	Licença gestante	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	232	Licença para tratar da própria saúde	Meio	1	5	1	1	2	3	6	Baixo
	233	Licença por motivo de doença em pessoa da família	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	234	Programa de exames médicos periódicos	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante

		235	Programa de parcerias	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
	Sugepe/SEST	236	Comunicação de acidente do trabalho (CAT)	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		237	Engenharia de segurança do trabalho	Meio	1	5	1	1	2	5	10	Baixo
		238	Higiene ocupacional - insalubridade	Meio	1	4	1	1	1,75	4	7	Baixo
		239	Planejamento e governança de TIC	Meio	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
Tecnologia da Informação e Comunicação	NTI	240	Gestão de demandas/serviços de TIC	Meio	1	5	1	3	2,5	2	5	Irrelevante
		241	Gestão de contratos de TIC	Meio	2	4	1	1	2	2	4	Irrelevante
		242	Gestão de infraestrutura e redes	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		243	Gestão da segurança de TIC	Meio	1	3	1	1	1,5	2	3	Irrelevante
		244	Gestão de riscos de TIC	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		245	Gestão de requisitos (projetos/manutenção de SI's)	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		246	Gestão de ativos de TIC	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
Extensão	Proec/Adm	247	Licitações e aquisições	Meio	1	5	1	1	2	2	4	Irrelevante
		248	Gestão de contratos	Meio	1	5	1	1	2	4	8	Baixo
		249	Gestão execução orçamentária	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		250	Escola preparatória	Fim	2	4	2	2	2,5	3	7,5	Baixo
		251	Parcerias e convênios	Meio	1	5	2	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
	Proec/Cultura	252	Ações culturais	Fim	1	1	2	1	1,25	5	6,25	Baixo
		253	Desenvolvimento de parcerias culturais	Fim	1	5	2	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
		254	Apoio as entidades estudantis	Fim	1	5	2	1	2,25	1	2,25	Irrelevante
	Proec/Divulgação	255	Gestão de programas, cursos e oficinas	Fim	1	5	2	4	3	2	6	Baixo

	Científica	256	Comunicação e divulgação científica	Fim	1	5	1	4	2,75	1	2,75	Irrelevante
	Proec/ Planej. apoio à gestão	257	Bolsas extensionistas	Fim	3	4	2	1	2,5	5	12,5	Médio
		258	Comunicação	Fim	1	5	1	4	2,75	3	8,25	Baixo
		259	Controle de agendas	Meio	1	5	1	1	2	1	2	Irrelevante
		260	Processamento de editais institucionais	Fim	1	5	1	4	2,75	4	11	Médio